



## SEÇÃO RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

# Reabilitação para pessoas com deficiência visual: reflexões sobre possíveis entraves para o acesso e motivações para o abandono precoce

*Rehabilitation for people with visual impairment: reflections on possible obstacles to access and motivations for early dropout*

**Sonia Regina Gomes da Rocha<sup>1</sup>**  
**Ana Clara Lima Madruga<sup>2</sup>**  
**Beatriz Ribeiro<sup>3</sup>**  
**Ana Clara Carvalho Machado<sup>4</sup>**

### RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma discussão sobre os fatores que podem estar relacionados às dificuldades de acesso e ao abandono precoce de programas de reabilitação por seus usuários com deficiência visual. A oferta de reabilitação em deficiência visual pode partir tanto de instituições de educação especial, quanto de centros especializados vinculados à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo os problemas relacionados ao acesso e abandono fenômenos pouco explorados. Por meio de um relato de experiência de um serviço de psicologia de uma instituição de educação especial que presta atendimento a este público, este artigo se debruça em dados institucionais que apontam elementos que podem contribuir para a compreensão dos entraves no acesso e do abandono precoce do programa, entrelaçando-os com referenciais teóricos sob a ótica do modelo social da deficiência. Dados quantitativos e qualitativos do perfil geral de matriculados no programa nos anos de 2019 e 2023 e informações advindas de dificuldades enfrentadas no processo discutidas em atendimentos grupais de Psicologia foram utilizados com o propósito de compreender características que possam estar vinculadas a eventuais obstáculos no processo e convergir para o abandono. O texto aponta sobre a necessidade de que a organização dos serviços institucionais se aproxime das eventuais dificuldades enfrentadas pelas pessoas em reabilitação, ambos sujeitos a problemáticas específicas. A discussão acentua que o tema exige uma leitura cuidadosa por se tratar de uma questão multifatorial, melhor compreendida sob um olhar interseccional. Ressalta-se a importância de procedimentos institucionais que permitam a compreensão das causas do abandono precoce e da adoção de estratégias de monitoramento e apoio aos usuários.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Reabilitação. Adesão e Abandono Precoce.

---

1 Instituto Benjamin Constant  
Mestrado em Pesquisa Clínica (Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - Fiocruz)  
E-mail: soniagomes@ibc.gov.br

2 Universidade Federal Fluminense  
Graduação em Psicologia  
E-mail: anamadrugapsi@gmail.com

3 Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Graduação em Psicologia  
E-mail: beatrizribeiro2009@gmail.com

4 Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Graduação em Psicologia  
E-mail: anacarvalhomachado@gmail.com



## ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the factors that may be related to difficulties in access and early dropout of visually impaired users in rehabilitation programs. Rehabilitation services for visual impairments can be offered by both special education institutions and specialized centers linked to the Care Network for People with Disabilities of the Unified Health System (UHS), with problems related to access and dropout being underexplored phenomena. Through an experience report of a psychology service within a special education institution that provides care to this population, this article examines institutional data that point to elements that can contribute to understanding the obstacles to access and early dropout from the program, intertwining this with theoretical frameworks from the perspective of the social model of disability. Quantitative and qualitative data on the general profile of those enrolled in the program in 2019 and 2023, along with information from difficulties encountered in the process discussed in group psychology sessions, were used to understand characteristics that may be linked to potential obstacles in the process and contribute to dropout. The text highlights the need for institutional services to better address the potential difficulties faced by people in rehabilitation, both of whom are subject to specific problems. The discussion emphasizes that the topic requires careful consideration as it is a multifactorial issue, best understood from an intersectional perspective. The importance of institutional procedures that allow for an understanding of the causes of early dropout and the adoption of monitoring and supporting strategies for users is also highlighted.

Keywords: Visual Impairment. Rehabilitation. Adherence and Early Dropouts.

## Introdução

Conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) de 2022 (IBGE, 2023), a população com deficiência no Brasil foi estimada em 8,9%, ou seja, 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade. Nesta mesma pesquisa é apontado que o envelhecimento, associado às perdas de funcionalidades do corpo, traz um cenário de 47,2% de pessoas de 60 anos ou mais de idade dentre as pessoas com deficiência. A dificuldade de enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato, afeta 3,1% dos brasileiros e representa a segunda maior dificuldade funcional.

A existência deste contexto, aliada à persistência de uma perspectiva *visuocêntrica*, que privilegia a visão como sentido superior aos outros, contribui potencialmente para construção de barreiras e exclusão social de indivíduos com deficiência visual:

Ainda que a existência humana não seja privilégio de quem enxerga, são as pessoas que podem ver (videntes/normovisuais) as responsáveis pela organização do mundo em todas as suas estruturas - políticas, econômicas, científicas, sociais e culturais. Mais do que organizadas para e pelas pessoas que podem ver, estas estruturas afetam diretamente os cegos e as pessoas com baixa visão (Mattoso, 2012, p. 63).

A constituição de uma normatividade visual nas formas de viver e habitar contribui para a exclusão de pessoas com deficiência visual, privando-as de ocuparem ou circularem de maneira autônoma. Esta questão complexifica o debate da acessibilidade, uma vez que interfere em outras restrições e dificuldades do sujeito no exercício de sua cidadania.



Na perspectiva biomédica, a reabilitação de pessoas com deficiência tinha a finalidade voltada para a normatização, em prol de “superar” as incapacidades, vista como uma dimensão de correção e normalização física e cognitiva de determinados indivíduos (Gavério, 2022, p. 117).

Em contrapartida, os paradigmas que sustentam as práticas de reabilitação se transformaram. Dessa forma, segundo Gavério (2022, p. 14), é possível perceber que nos saberes e práticas das áreas de reabilitação atuais estão presentes demandas de desenvolvimento pragmático de habilidades corporais, promoção de capacidades funcionais e ocupacionais.

De acordo com o artigo 14 da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), o processo de habilitação e reabilitação tem por objetivo:

“...o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.”

Conforme Amorim (2021, p. 22), os cuidados prestados às pessoas com deficiência em reabilitação devem ser entendidos em relação simbiótica com o conjunto das diferenças existentes na sociedade, levando-se em consideração o sentimento de pertencimento social dos acolhidos, bem como o enfrentamento de estigmas e preconceitos.

Dado esse panorama, hoje os serviços de reabilitação ofertados às pessoas com deficiência são realizados por instituições vinculadas à educação especial como, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), pelos Centros Especializados de Reabilitação (CER), de acordo com a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (Brasil, 2012).

Em pesquisa de Rocha e Castro (2023), que teve por objetivo mensurar aspectos específicos do programa de reabilitação para pessoas com deficiência visual, utilizando-se de instrumentos de Avaliação de Qualidade de Vida Relacionada à Saúde, foi verificado que a exposição à reabilitação estava associada a ganhos na qualidade de vida, especialmente em aspectos relacionados à saúde mental e atividades de vida diária. Dessa forma, é possível inferir que a falta de acesso e abandono precoce da reabilitação podem ter consequências negativas significativas. Assim, investir na reabilitação é fundamental para a promoção da saúde e qualidade de vida, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.

No entanto, apesar dos avanços, persistem desafios e obstáculos, tais como dificuldades de acesso, falta de instrumentalização de profissionais, ausência de articulação entre níveis de saúde e problemas de financiamentos que podem afetar a descontinuidade de processos de reabilitação (Dubow; Garcia; Krug, 2018). No âmbito do SUS, o agendamento para reabilitação ocorre a partir de encaminhamento da atenção primária através do Sistema



de Regulação (SISREG), sendo que o tempo de espera para o agendamento de avaliação de serviços em reabilitação e as taxas de absenteísmo são informações desconhecidas (Mota; Bousquat, 2023).

Para Almeida (1997), se as necessidades relativas à reabilitação forem negligenciadas ou cumpridas apenas de forma parcial, agregando-se a isso as barreiras de acesso aos espaços encontrados pelas pessoas com deficiências, pode-se verificar um confinamento em domicílio que segue como condição experimentada por grande parte das pessoas com deficiência.

Segundo Santos (2017), é crucial repensar práticas de reabilitação que incorporem medidas mais abrangentes, tais como centrar a assistência nas necessidades dos sujeitos, utilizar-se de ações interdisciplinares com equipe multiprofissional e de práticas que incluam o contexto sociocultural de cada um, com vistas a promover a emancipação e a participação social dessas pessoas.

Para uma análise localizada da realidade de pessoas com deficiência, a perspectiva interseccional destacada pela autora Akotirene (2019, p. 23) — que busca dialogar “...entre/ com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” — enfatiza como aspecto essencial considerar as complexidades dos estratos sociais, assim como, analogamente, refletir sobre as questões que envolvem o acesso desses indivíduos aos serviços de saúde e educação públicos.

Para além da compreensão dos fatores relacionados ao acesso à reabilitação, é importante encontrar elementos que possibilitem também a reflexão sobre as motivações de abandono dos serviços disponíveis. Na literatura científica, o termo “evasão” apresenta-se comumente em estudos que se relacionam à educação formal, com poucas referências aos estudantes com deficiência e sem menções a este fenômeno em programas destinados à reabilitação para este público.

De acordo com o *Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, elaborado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2014, p. 20), o conceito de evasão refere-se à interrupção do aluno no ciclo do curso, seja por abandono por parte do estudante, seja por este não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso.

Considerando que a reabilitação de pessoas com deficiência visual não se trata de educação formal, mas sim de um trabalho integrado das áreas de educação e saúde que, no caso do Instituto Benjamin Constant, local onde foi realizado este relato de experiência, é planejado de acordo com as necessidades individuais para a melhora da independência, autonomia e qualidade de vida, será utilizado o termo “abandono precoce” para compreensão do fenômeno de saída antes da conclusão do processo.



Nesse sentido, o objetivo deste estudo é compreender os possíveis entraves para o acesso da pessoa com deficiência visual à reabilitação, bem como as motivações diversas que possam contribuir para o abandono precoce, o qual se configura quando a saída é anterior à conclusão das atividades planejadas, e que, portanto, dificultarão a efetividade do processo.

## 2 Desenvolvimento

De acordo com Saldanha *et al.* (2021, p. 11), “barreiras atitudinais, ambientais e institucionais resultam em níveis mais altos de vulnerabilidade”. O contexto pandêmico da covid-19, iniciado no ano de 2020, impactou os serviços de saúde e evidenciou a fragilidade que a desigualdade social gera na continuidade de práticas de prevenção, cuidado e tratamento. Com o distanciamento social, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a proposta da reabilitação se tornou ainda mais desafiadora para a continuidade de serviços ofertados às pessoas com deficiência.

Ao analisar o impacto da covid-19 nos Centros Especializados de Reabilitação (CER) do SUS, o estudo de Suda, Mota e Bousquat (2023) evidencia a necessidade que houve da redução de atendimentos e procedimentos, além da acumulação de demandas que já existiam, principalmente na telereabilitação. Ainda segundo os autores, as atividades coletivas teriam sido as mais afetadas, fato potencialmente prejudicial ao processo, considerando a importância da socialização, trocas de saberes e experiências.

Para além da questão da necessidade de adequação da oferta de reabilitação durante o contexto da pandemia, os territórios periféricos e interioranos são desfavoráveis com relação à acessibilidade aos serviços, assim como o acesso às tecnologias é precarizado em muitas regiões brasileiras, o que torna a telereabilitação uma modalidade restrita (Freire *et al.*, 2023). No que toca especialmente às pessoas com deficiência visual, o próprio aprendizado sobre tecnologias assistivas habitualmente faz parte das demandas de reabilitação para pessoas cegas e com baixa visão, sendo a acessibilidade dessas ferramentas ainda pouco conhecidas (Mendes *et al.*, 2020).

Apesar de desafiadora, a importância da proposta de trabalho à distância no processo de reabilitação é abordada no *Manual de Rehabilitación para Personas con Discapacidad Visual de América Latina* (Correa *et al.*, 2023), principalmente em casos de impossibilidade de acesso ao serviço de saúde. Os autores evidenciam a importância da criação de estratégias como reuniões virtuais com familiares e suporte através do telefone aos participantes para o envolvimento de uma rede de relacionamentos e não interrupção do processo de reabilitação.

Segundo informações do Ministério da Saúde, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Estado do Rio de Janeiro compreende 5 unidades de CER que atendem a deficiência visual, sendo que apenas uma delas abrange toda a cidade do Rio de Janeiro (Centros [...], c2024).



Em estudo sobre desafios para a implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência realizado em uma região do interior de São Paulo, Mota e Bousquat (2023) apontam o fato de haver concentração de centros de reabilitação em áreas urbanas, dificultando o acesso para moradores do interior. Os autores argumentam que a necessidade de viajar constantemente para obter tratamentos de reabilitação é dispendiosa, demorada e extenuante, fatores que ainda são potencializados pela falta de adaptação do transporte público. Esta é uma questão também apontada por relatórios internacionais que tratam do tema da deficiência (World Health Organization, 2019, p.38; World Health Organization; The World Bank, 2011, p. 20). Além disso, fatores como a precária distribuição de recursos financeiros, planejamento estratégico, falta de articulação com a rede de atenção à saúde, podem representar entraves para o funcionamento adequado destas instituições, tendo como possíveis consequências os problemas de acesso e abandono precoce.

### **3 Metodologia**

Este estudo tem por base um relato de experiência com análise documental/institucional realizado pelo Serviço de Psicologia do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação do Instituto Benjamin Constant (IBC), instituição especializada na educação e atendimento de pessoas com deficiência visual localizada na cidade do Rio de Janeiro, vinculada diretamente ao Ministério da Educação, e pioneira na América Latina no atendimento a esse público. O programa de reabilitação do IBC destina-se ao atendimento de pessoas com 16 anos ou mais e oferece aulas e atendimentos especializados com o objetivo de proporcionar maior autonomia e qualidade de vida.

A metodologia utilizada neste estudo foi baseada em dados quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos foram extraídos de planilhas de matriculados e rematriculados organizadas pela secretaria da instituição, as quais possibilitaram analisar o abandono precoce, em especial por meio da informação de atividades realizadas versus atividades planejadas. Tais dados também permitiram uma análise do perfil de matriculados entre os anos de 2019 e 2023, incluindo faixa etária, condição visual e localização da moradia. Outros dados qualitativos utilizados foram informações provenientes de atendimentos grupais da psicologia, cujo foco eram as dificuldades enfrentadas no processo de reabilitação. A junção destes dados e a correlação com a literatura possibilitou inferências sobre possíveis entraves para o acesso e motivações para o abandono precoce.

Esse trabalho atenta-se aos cuidados éticos em pesquisa, detendo-se à análise de informações numéricas e não apresentando informações de cunho sigiloso.



## 4 Resultados e discussão

Dentre os dados levantados para a discussão, elenca-se inicialmente o perfil do público a ser atendido como uma das proposições que podem implicar no abandono precoce. Segundo o levantamento realizado junto à secretaria do Instituto Benjamin Constant, no ano de 2019 estavam matriculadas 202 pessoas no Programa de Reabilitação. Em 2023, este número foi reduzido para 153 pessoas. Esses dados compreendem um intervalo anterior e posterior à pandemia de covid-19, refletindo o cenário de perdas decorrentes do período pandêmico, em especial por tratar-se de uma população vulnerabilizada tanto pela questão da própria deficiência quanto pela faixa etária (acima de 50 anos).

Durante a pandemia, o serviço de reabilitação foi adaptado como telerreabilitação em algumas áreas, recurso que permitiu a continuidade parcial de atendimentos, considerando também os limites diante da realidade de cada pessoa matriculada em relação a possuir acesso a dispositivos (telefone celular e rede móvel) que possibilitassem o acompanhamento remoto. A duração extensa deste período pandêmico promoveu certo distanciamento da instituição, especialmente para aqueles que não puderam usufruir da modalidade de telerreabilitação que fora ofertada.

Em relação ao perfil etário dos matriculados, em 2019 houve um destaque de 59% do público acima dos 50 anos. Esse panorama institucional coincide com a proporção de pessoas idosas com deficiência, tal como apurado pela PNAD de 2022, a qual identificou um percentual maior nesta população (IBGE, 2023). O impacto da deficiência nas pessoas idosas necessita de um olhar interseccional, observando-se que fatores presentes no envelhecimento e na aquisição tardia da deficiência interagem mutuamente.

Por outro lado, no ano de 2023, o número se distribuiu entre pessoas adultas de idades diversas, corroborando com o Relatório Mundial sobre a Visão, que identifica um crescimento de doenças oculares devido, entre outros fatores, às mudanças no estilo de vida (World Health Organization, 2019). Comorbidades, em especial diabetes e hipertensão, podem estar entrelaçadas com alguns fenômenos que, eventualmente, impeçam ou dificultem a permanência no programa de reabilitação.

No que se refere à condição visual, em 2019 havia 68% dos matriculados com cegueira; 29% com baixa visão em ambos os olhos e 3% com baixa visão em um olho e cegueira no outro olho. No ano de 2023, a cegueira também estava presente em 69% dos matriculados, demonstrando ser uma condição predominante, para a qual se pressupõe uma maior necessidade de acompanhante, nem sempre possível para os matriculados.

No ano de 2019, os matriculados na Reabilitação que residiam na cidade do Rio de Janeiro representavam 61%, provenientes da Baixada Fluminense eram 29%, e de outras loca-



lidades, 10%. Assim, havia um público de 39% não residentes da cidade, vindos de outros territórios para acessar a capital e dar início à reabilitação. No ano de 2023, o percentual de moradores da cidade teve um leve acréscimo, com 63%; já da Baixada mantiveram-se 29%, e de outros municípios, 8%. No entanto, atendo-se ao contexto da cidade do Rio, o Instituto Benjamin Constant, reconhecido como referência e tendo protagonismo na esfera dos atendimentos à pessoa com deficiência visual nacionalmente, mesmo com mais usuários moradores na capital, localiza-se na zona sul da cidade, distante de outros bairros periféricos, o que também pode contribuir para dificuldades no deslocamento.

Nessa análise do perfil geral da instituição, é possível cruzar os dados com causas prováveis do abandono precoce, quais sejam: o período pandêmico ter contribuído significativamente para a queda de rematriculados; a faixa etária do público atendido ser fator de destaque por envolver importantes comorbidades que podem dificultar a permanência; a condição visual prevalente de cegueira e a possível dificuldade de acompanhante; e, por fim, a distância da moradia em relação à localização da instituição que oferta a reabilitação.

A coleta de informações sobre as motivações do abandono é procedimento essencial para análise crítica do serviço oferecido à população. A falta de um detalhamento sobre as dificuldades existentes, bem como a ausência de justificativa localizam-se num universo em que o atendimento a esse público coincide com desafios:

A deficiência implica um processo complexo e trabalhoso no qual a pessoa que procura atendimento em reabilitação se vê obrigada a lidar com questões e conflitos acerca de muitos aspectos de sua vida, desde a irreparável mudança em seu corpo até a maneira como socialmente a questão é tratada (De Martini, 2011).

Almeida (1997, p. 83) também explorou este assunto ao analisar instituições que definem critérios para o ingresso na reabilitação, tais como questões de ordem emocional, saúde ou condições materiais que, eventualmente, pudessem atuar como obstáculos ao aproveitamento pleno do processo. Tais aspectos, considerados pela instituição como elementos dificultadores, podem, por vezes, incluir questões relacionadas ao transporte, indisponibilidade de acompanhantes, problemas de saúde agravados, dentre outros fatores. Entretanto, em paradoxo, seria este público com mais dificuldade de acesso que, possivelmente, mais precisaria usufruir do serviço.

O *Manual de Rehabilitación para Personas con Discapacidad Visual de América Latina* (Correa et al., 2023) destaca diferentes ordens que se interpelam na experiência da pessoa com deficiência visual:

Los conceptos que han permeado a la discapacidad a lo largo de la historia han incidido directamente en los enfoques de abordaje para esta población



a nivel social, laboral, económico, educativo, político, legal y de servicios de salud. Sin embargo, no se puede negar que esta población ha sido socialmente vulnerabilizado (Correa *et al.*, 2023, p. 15)

Dessa maneira, a articulação desses condicionantes requer uma leitura que considere o conceito de interseccionalidade para reflexão dos fatores contributivos da não aderência, tanto como resultado ou como produtor desse fenômeno. Esta inter-relação demonstra que não se trata de uma causalidade exclusiva, mas sim que a não aderência é multifatorial, com determinados pesos que, quando sobrepostos, podem assumir cargas que dificultam a continuidade do processo.

Ferreira e Campos (2023), em artigo que trata sobre não aderência em tratamentos de saúde, ressaltam o risco da alienação das equipes quanto ao contexto adverso dos pacientes e suas consequências, responsabilizando-os por suas falhas. Além disso, os autores destacam o risco de que a escuta direcionada ao sujeito fique sob o peso da situação social, podendo dar margem a estereótipos, com eventuais diagnósticos advindos da condição social, escolaridade ou situação familiar.

Um outro elemento considerado neste mesmo estudo de Ferreira e Campos (2023) é de que a não aderência dos pacientes pode estar, por vezes, vinculada ao sofrimento pela realidade da doença e pelo tratamento, o qual não se mostra capaz de erradicá-la. Este aspecto se assemelha à expectativa apresentada em pessoas que ingressam na reabilitação para a deficiência visual com a esperança de cura da cegueira, abandonando o processo quando percebem que isso não será possível.

Nesse sentido, De Martini (2011), ao tratar sobre a reabilitação de pessoas com deficiência visual, destaca a necessidade de incluí-la neste processo, não somente como receptor do serviço, mas enquanto protagonista, conhecedor de suas próprias necessidades. O trabalho não deve se restringir de forma rígida ao conteúdo programado, sem avaliar e se referir às pessoas e seus diferentes desejos, expectativas e experiências. Afinal, estar na reabilitação implica que as pessoas possam, em certa medida, implicar-se e recuperar sua autonomia, entendendo suas possibilidades. Desse modo, o abandono precoce, fenômeno de desvinculação, interliga-se ao advir, em certo ponto, do lugar não ocupado dos sujeitos enquanto participantes na *co*-construção de processo de se reabilitar.

## **Considerações finais**

Este estudo evidencia a complexidade do fenômeno dos possíveis entraves para o acesso e para o abandono precoce da reabilitação para pessoas com deficiência visual, um tema ainda pouco explorado na literatura acadêmica. Empenhou-se a fazer uma crítica à condição dessa desvinculação, presente em diversos serviços, com uma compreensão teórica-



-científica que pudesse fornecer propostas para uma prática profissional situada e vinculada à teoria.

A análise dos dados revelou a importância de procedimentos institucionais para o acompanhamento dos casos de abandono precoce, o que destaca a necessidade de estratégias de monitoramento e apoio aos usuários.

Tendo em vista a relevância que a reabilitação possui para promoção de direitos e qualidade de vida às pessoas com deficiência, é fundamental que políticas públicas e práticas institucionais sejam reavaliadas, levando-se em conta abordagens interseccionais que considerem as vulnerabilidades dos indivíduos, entre outras questões. Nesse sentido, é fundamental que as coordenações de serviços prestados em reabilitação tratem a questão do acesso e abandono precoce como fenômenos complexos, dignos de serem assumidos como pauta de discussões coletivas da equipe e com potencial para subsidiar críticas sobre a própria gestão micro e macropolítica.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Editorial, 2019.

ALMEIDA, Marta Carvalho de. Deficiência e cotidiano: reflexos e reflexões sobre a reabilitação. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 8, n. 2–3, p. 81–86, maio/dez. 1997.

AMORIM, Érico Gurgel. *Reinvenções na vida de pessoas com deficiência visual: caminhos à reabilitação inclusiva?* 2021. 163 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32778>. Acesso em: 7 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category\\_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 19 jan. 2026

BRASIL. *Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*: Brasília, seção 1, ano 149, n. 80, p. 94–95, 25 abr. 2012.



CASARIN, Sidnéia Tessmer; PORTO, Adrize Rutz. Relato de Experiência e Estudo de Caso: algumas considerações. *Journal of Nursing and Health*, [S. l.], v. 11, n. 4, e2111221998, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/21998>.

Acesso em: 7 mar. 2025.

CENTROS Especializados em Reabilitação e Oficinas Ortopédicas: Serviços Habilitados em Todo Território Nacional. In: MINISTÉRIO da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/cer>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CORREA, Gladys *et al.* *Manual de rehabilitación para personas con discapacidad visual de América Latina*. [S. l.]: ICEVI Latinoamérica: Unión Latinoamericana de Ciegos, 2023.

DE MARTINI, André. Reabilitação, ética e técnica. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 2263–2269, 2011.

DUBOW, Camila; GARCIA, Edna Linhares; KRUG, Suzane Beatriz Frantz. Percepções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma Região de Saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 455–467, abr./jun. 2018.

FERREIRA, Ana Paula Chacon; CAMPOS, Elisa Maria Parahyba. A Equipe de Saúde Diante do Paciente Não Aderente ao Tratamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S. l.], v. 43, p. e244855, 2023.

FREIRE, Mariana Prado *et al.* Telemedicina no acesso à saúde durante a pandemia de covid-19: uma revisão de escopo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 57, n. supl., 1, 2023.

GAVÉRIO, Marco Antônio. *Reabilitar é incluir: um estudo de práticas em Reabilitação Físico-Motora*. 2022. 133 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/16286>. Acesso em: 19 jan. 2026.

IBGE. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. *Pessoas com deficiência: 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102013>. Acesso em: 04 abr. 2026.

MATTOSO, Verônica de Andrade. *Ora, direis, ouvir imagens?: um olhar sobre o potencial informativo da áudio-descrição aplicada a obras de artes visuais bidimensionais como representação sonora da informação em arte para pessoas com deficiência visual*. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MENDES, Amanda *et al.* *Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: territórios existenciais na pandemia*. Rio de Janeiro; Goiás: IdeiaSUS, 2020.

MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. Desafios para a implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma região de saúde: um olhar a partir das dimensões política, organização e estrutura. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. e220608pt, 2023.



ROCHA, Sonia Regina Gomes da; CASTRO, Rodolfo. Avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde em um programa de reabilitação para pessoas com deficiência visual. *Revista Brasileira de Oftalmologia*, [Rio de Janeiro], v. 82, e0013, 2023.

SALDANHA, Jorge Henrique Santos *et al.* Pessoas com deficiência na pandemia da COVID-19: garantia de direitos fundamentais e equidade no cuidado. *Cadernos de Saúde Pública*, [Rio de Janeiro], v. 37, n. 9, e00291720, 2021.

SANTOS, Maria da Conceição dos. *Pessoa com deficiência física, necessidades de saúde e integralidade do cuidado: análise das práticas de reabilitação no SUS*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Reabilitação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5170/tde-21022018-093226/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SUDA, Bianca Tomi Rocha; MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. Centros Especializados em Reabilitação (CER) no SUS e o impacto da pandemia de covid-19. *Revista de Saúde Pública*, [São Paulo], v. 57, supl.1, 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World report on vision*. Geneva, CHE: World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/328717>. Acesso em: 18 mar. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; THE WORLD BANK. *World report on disability*. Geneva, CHE: World Health Organization, 2011.

---

Recebido em: 6.8.2025

Revisado em: 19.1.2026

Aprovado em: 18.3.2026